



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

Data da reunião: 29/08/2022
Presidente: Senador Marcelo Castro

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PL 4458/2021 Ementa: Declara o ano de 2022 como o "Ano da Busca Ativa: Toda Criança na Escola". Autoria: Senador Flávio Arns [tramitação] Terminativo	Senador Confúcio Moura	Pela aprovação com uma emenda que apresenta.	<p>O projeto propõe que sejam implementadas ações coordenadas pela União, com a colaboração dos demais entes federados e da sociedade civil, para garantir matrícula a todas as crianças e adolescentes em idade escolar. Estabelece, ainda, que será dada prioridade a ações que visem à busca ativa de crianças e adolescentes em idade escolar, bem como à promoção do acolhimento e garantia da permanência dos estudantes na escola e à recomposição de aprendizagens. Foi apresentada uma emenda para que o ano de 2023 também seja contemplado na proposição.</p> <p>Em 07/07/2022, foi lido o relatório.</p>
2	PL 4196/2019 Ementa: Insere o art. 11-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a oferta de transporte escolar na educação superior. Autoria: Senador Jorge Kajuru [tramitação] Terminativo	Senador Paulo Rocha	Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.	<p>O projeto pretende inserir o art. 11-A na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), com o intuito de criar para os estados e os municípios incumbência de articulação destinada a garantir a oferta de transporte escolar aos estudantes da educação superior, com ênfase no atendimento aos alunos de baixa renda, condicionada ao apoio financeiro da União.</p> <p>O relator propôs substitutivo objetivando que a medida seja incluída na LDB por meio de acréscimo do inciso III-A ao art. 9º, entre as incumbências da União, na mesma linha da atribuição normativa que é estabelecida para o transporte escolar sob encargo dos municípios, dos estados e do Distrito Federal, para se evitar eventuais consequências de imputar a obrigação a estados, ao Distrito Federal e aos municípios, ainda que com as ressalvas de que a União apoiará financeiramente esses entes federados.</p> <p>Em 07/07/2022, lido o relatório, foi concedida vista da matéria.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	<p>PL 1837/2021</p> <p>Ementa: Institui o Dia Nacional da Saúde Única.</p> <p>Autoria: Senador Flávio Arns</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Paulo Paim	Pela aprovação.	O projeto pretende instituir o Dia Nacional da Saúde Única, a ser celebrado anualmente em a ser 3 de novembro.
4	<p>PL 1643/2019</p> <p>Ementa: Institui o Ranking Nacional Esportivo das Instituições de Ensino Superior Brasileiras e altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a pontuação no Ranking na avaliação das instituições de ensino superior.</p> <p>Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo</p> <p>[tramitação]</p> <p>PL 4493/2019</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, para incluir o apoio e o estímulo à prática desportiva entre as dimensões consideradas na avaliação das instituições de educação superior.</p> <p>Autoria: Senador Cid Gomes</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativos</p>	Senadora Leila Barros	Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.643, de 2019, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.493, de 2019.	<p>O PL 1643/2019 institui o Ranking Nacional Esportivo das Instituições de Ensino Superior Brasileiras, a ser conjuntamente elaborado pelos Ministérios do Esporte e da Educação. Esse ranking levará em conta não só a infraestrutura esportiva disponível, mas também as modalidades oferecidas aos estudantes e a efetiva participação deles nas atividades esportivas. Ademais, a proposição inclui a pontuação alcançada no referido ranking entre as dimensões consideradas na avaliação das instituições de educação superior no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de que trata a Lei 10.861/2004.</p> <p>O PL 4493/2019 pretende alterar a Lei 10.861/2004 para incluir, entre as dimensões institucionais a serem levadas em conta na avaliação das instituições de educação superior, a infraestrutura física adequada à prática esportiva, bem como o estímulo à prática do esporte universitário e ao engajamento em competições e modalidades esportivas promovidas pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) e suas entidades afiliadas. Ademais, estabelece que a garantia de infraestrutura para a prática esportiva poderá ser assegurada pela realização de parceria com entidades especializadas ou clubes esportivos. Por fim, propõe que o cumprimento dessas determinações seja considerado bônus na avaliação das instituições de ensino, conforme regulamento.</p> <p>A relatora vota pela aprovação do PL 1.643/2019, na forma de substitutivo que: acolhe disposições de ambas as proposições; propõe alterações para superar inconstitucionalidade por vício de iniciativa; retira menção à CBDU e de suas entidades afiliadas, considerando que a lei deve ser impessoal e permitir eventuais aberturas de perspectiva; e exclui a menção a bônus e parcerias, matérias que podem ser tratadas em regulamento.</p>
5	<p>PL 3903/2021</p> <p>Ementa: Inscreve o nome de Dorina de Gouvêa Nowill no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.</p> <p>Autoria: Senadora Mara Gabrilli</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senadora Leila Barros	Pela aprovação.	O projeto propõe a inscrição do nome de Dorina de Gouvêa Nowill no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
6	<p>PL 3763/2021</p> <p>Ementa: Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas e Conexas, a ser comemorado na segunda segunda-feira do mês de maio de cada ano.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Paulo Paim	Pela aprovação.	<p>O projeto, decorrente de sugestão legislativa encaminhada pelo enviada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Culturais e Recreativas no Estado de Minas Gerais à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (CLP), visa a instituir o Dia Nacional dos Trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas e Conexas, a ser comemorado na segunda segunda-feira do mês de maio de cada ano.</p>
7	<p>PL 713/2021</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a responsabilidade educacional pela universalização da oferta e pela garantia de padrão de qualidade do ensino na educação básica.</p> <p>Autoria: Senadora Kátia Abreu</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senadora Eliziane Gama	Pela aprovação.	<p>O projeto objetiva imputar aos prefeitos e governadores a responsabilidade pela oferta da educação básica pública, de acordo com as áreas de atuação prioritária de cada ente federado. Determina que a autoridade responsável ofereça transporte gratuito para assegurar o acesso à escolaridade obrigatória na hipótese de não haver disponibilidade de vagas em escolas públicas próximas à residência do estudante.</p> <p>Ainda prevê exigências para a garantia de padrão de qualidade na educação básica: a) plano municipal, estadual ou distrital de educação articulado ao Plano Nacional de Educação (PNE), com avaliações periódicas; b) cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público; c) plano de carreira que valorize os profissionais da educação; d) política de formação inicial e continuada dos profissionais da educação; e) definição e implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e, posteriormente, do Custo Aluno Qualidade (CAQ); f) infraestrutura escolar que observe padrões adequados ao processo educativo; g) garantia de recursos e equipamentos pedagógicos adequados; h) cumprimento da jornada escolar mínima, com garantia de horários adicionais de reforço para alunos com dificuldades de aprendizagem; i) cumprimento integral dos planos de ensino e aprendizagem; j) garantia de padrão adequado de aprendizagem e de rendimento escolar dos alunos; k) funcionamento regular dos conselhos escolares e dos conselhos de acompanhamento e controle social previstos em lei; e l) gestão informatizada e transparência na execução orçamentária.</p> <p>A proposição ainda prevê que a qualidade da educação básica pública será aferida pelo cumprimento das metas do plano de educação de cada sistema de ensino e pela evolução dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com periodicidade mínima de dois anos e participação mínima de 90% dos alunos de cada escola e determina que os chefes dos Poderes Executivos de cada ente subnacional, no início de seu mandato, enviem ao Poder Legislativo relatório circunstanciado sobre a situação da rede escolar e o planejamento das ações para o setor durante sua gestão, e, no final do mandato, relatório circunstanciado sobre os avanços obtidos. A responsabilização educacional do gestor será realizada meio de ação civil pública, em razão de deficiências na oferta da educação básica pública e na promoção de seu padrão de qualidade, e será considerado crime de responsabilidade dos governadores e prefeitos, caso comprovada negligência ou má gestão. Ademais, obriga a União a prestar assistência financeira necessária para assegurar o padrão de qualidade na</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				educação básica pública, quando ficar comprovada a insuficiência de receitas do ente federado. Como forma de estímulo aos profissionais das escolas públicas, determina que os planos de carreira prevejam abono salarial anual no caso de indicadores apontarem melhoria ou manutenção de padrão na qualidade do ensino. Por sua vez, fixa a obrigação de elaboração de relatório de justificção do resultado obtido e plano de melhoria do ensino quando não forem cumpridas as metas. Por fim, o PL altera a Lei 7.347/1985, para listar entre as ações disciplinadas por tal diploma legal as ações civis públicas de responsabilidade por danos morais e materiais causados à oferta regular da educação básica pública com padrão de qualidade e altera a tipificação e a pena do crime de abandono intelectual previsto no art. 246 do Código Penal para estabelecer como crime deixar, sem justa causa, de prover a educação escolar obrigatória de criança ou adolescente, filho ou sob guarda, sob pena de detenção de um a quatro meses, e multa. Finalmente, fixa prazo de um ano para que a União implemente o CAQi, e de dois anos, para que implemente o CAQ e edite as Normas Nacionais de Edificação e Funcionamento Escolar (NEFE), importando em crime de responsabilidade a omissão sobre essas medidas.
8	PL 570/2020 Ementa: Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que "institui a Bolsa-Atleta", para incluir na destinação da Bolsa-Atleta as modalidades surdolímpicas e atualizar termos utilizados nessa norma. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Terminativo	Senador Randolfe Rodrigues	Pela aprovação com uma emenda que apresenta.	O PL tem por objetivo alterar a Lei da Bolsa-Atleta para incluir, entre os seus beneficiários, atletas de modalidades surdolímpicas filiadas à Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS). Também atualiza as seguintes denominações: a) o termo "paralímpico" e seus derivados, utilizados nessa forma tanto pelo Comitê Paralímpico Internacional quanto pelo Comitê Paralímpico Brasileiro; b) o nome do antigo Comitê Olímpico Brasileiro, atualmente Comitê Olímpico do Brasil; e c) a denominação do antigo Ministério do Esporte, atualmente Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. O relator sugere emenda para que a vigência da lei seja imediata, e não somente um ano após a data de sua publicação.
9	PL 1402/2022 Ementa: Inscreve o nome do Imperial Marinheiro Marcílio Dias no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Plínio Valério	Pela aprovação.	O PL pretende inscrever o nome do Imperial Marinheiro Marcílio Dias no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
10	PRS 27/2018 Ementa: Institui o Prêmio Amigo do Ciclista, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares [tramitação] Não Terminativo	Senadora Maria do Carmo Alves	Pela aprovação.	<p>A proposição institui o Prêmio Amigo do Ciclista, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal, com o objetivo de agradecer pessoas físicas ou jurídicas, governamentais ou não, que tenham desenvolvido trabalhos relevantes para a promoção do uso da bicicleta como meio sustentável e seguro de transporte. O prêmio consistirá em outorga de placa, medalha ou troféu e de diploma de menção honrosa aos agraciados. A cerimônia para entrega do prêmio deverá ser realizada em sessão especialmente convocada para esse fim, preferencialmente na semana do dia 19 de agosto. As indicações dos candidatos podem ser realizadas por qualquer senador ou senadora, acompanhadas de curriculum vitae e de justificção, além de documentação que comprove a realização de atividades relacionadas ao uso de bicicletas na mobilidade urbana. Ademais, a proposição constitui o Conselho do Prêmio Amigo do Ciclista, a ser composto por um representante de cada partido com assento no Senado Federal. Define que a composição deverá ser renovada a cada dois anos, entre os meses de fevereiro e de março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros.</p> <p>A matéria vai à Comissão Diretora - CDIR</p>
11	PL 2/2020 Ementa: Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão, a ser celebrada anualmente na semana que compreender o dia 10 de outubro. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senadora Zenaide Maia	Pela aprovação.	<p>O PL 2/2020 propõe que seja instituída a Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão, a ser celebrada anualmente na semana que compreender o dia 10 de outubro.</p> <p>1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 10/08/2021. 2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.</p>
12	PL 2260/2019 Ementa: Institui o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senadora Zenaide Maia	Pela aprovação.	<p>A proposição tem a finalidade de instituir o Dia Nacional da Pessoa com Sordocegueira.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
13	PL 6563/2019 Ementa: Denomina Agência Benjamin Manoel a agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Município de Arujá, Estado de São Paulo. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Wellington Fagundes	Pela aprovação.	A proposição pretende denominar Agência Benjamin Manoel a agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Município de Arujá, Estado de São Paulo.
14	PL 6473/2019 Ementa: Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, para dispor sobre a publicidade dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior. Autoria: Senador Flávio Arns [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação com uma emenda que apresenta.	O projeto busca definir o caráter público de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior, em nível de graduação, ressalvados os casos de sigilo previstos em lei. Traz ressalva de que tais trabalhos sejam tornados públicos somente após avaliação e aperfeiçoamentos realizados pelo autor, observados, ainda, os prazos previstos nos regimentos das instituições de ensino. Ademais, a proposição estabelece que não constitui ofensa aos direitos autorais a publicação, realizada por instituição de educação superior, de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso, indicando-se o nome do autor, o nome do curso e a data de sua conclusão, respeitadas, em proveito do autor, as demais disposições desta lei referentes ao direito autoral moral e patrimonial. Foi apresentada uma emenda que traz menção à possibilidade de aplicação das disposições do projeto mesmo quando haja ocorrido transferência dos direitos autorais para terceiros, para fins de edição e publicação da obra, visando a evitar possíveis violações a direitos de terceiros. 1) A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
15	PL 5641/2019 Ementa: Inscreve o nome de Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, Irmã Dulce, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Otto Alencar	Pela aprovação.	O projeto pretende inscrever o nome de Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, Irmã Dulce, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Consultoria Legislativa do Senado Federal
Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)
Data da reunião: 29/08/2022

7

Item	Identificação da matéria
16	REQ 57/2022 - CE Ementa: Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1706/2019, que “dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil”. Autoria: Senador Carlos Portinho
17	REQ 61/2022 - CE Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2022 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que “altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica”, seja incluído o nome da Sra. Senhora Amáble Pacios, Vice-presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e integrante do Conselho Nacional de Educação, como convidada. Autoria: Senador Izalci Lucas
18	REQ 62/2022 - CE Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 54/2022, seja incluída, na última audiência do ciclo aprovado no referido requerimento, a participação da Sra. Mariana Rosa – Jornalista, educadora, mulher com deficiência, mãe de uma criança com deficiência, fundadora do Instituto Cáue – Redes de Inclusão e integrante do Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência Autoria: Senador Jean Paul Prates
19	REQ 63/2022 - CE Ementa: Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 713/2021, que “dispõe sobre a responsabilidade educacional pela universalização da oferta e pela garantia de padrão de qualidade do ensino na educação básica”. Autoria: Senador Carlos Portinho
20	REQ 64/2022 - CE Ementa: Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 58, de 2022, que requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater e analisar, em função do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 e dos cortes nos recursos direcionados à área educacional, os desafios para o funcionamento das instituições federais de ensino superior em 2022, bem como a situação dos bolsistas da pós-graduação no Brasil, a inclusão dos seguintes convidados: • Claudio Alex Jorge da Rocha – Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); • Flávia Calé da Silva – Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); • Representante do Observatório do Conhecimento. Autoria: Senador Jean Paul Prates
21	REQ 65/2022 - CE Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Semana Nacional de Trânsito, com o objetivo de debater, nos termos dos arts. 2º e 4º da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, a instituição do Maio Amarelo como o mês da segurança no trânsito no Brasil. Autoria: Senador Fabiano Contarato

Item	Identificação da matéria
22	<p>REQ 66/2022 - CE</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2022 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que “altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica” seja incluído representante do Ministério Público do Trabalho.</p> <p>Autoria: Senador Jean Paul Prates</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.